



CRT-03
Conselho Regional dos Técnicos
Industriais da 3ª Região

Av. Marques de Olinda 126, 3º Andar Bairro do
Recife, Recife/PE CEP:

E-mail: faleconosco@crt03.gov.br

Fone: 33142411

www.crt03.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO

02/2024

Contratante (UASG): 927618

Objeto: Contratação de Serviços de Assistência Médica Hospitalar, por meio de operadora ou seguradora de planos de saúde.

Valor Total da Contratação: R\$ 335.990,55

Data da Sessão Pública: Dia 12/06/2024 às 09:00h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento: menor preço

Modo de disputa: aberto e fechado

Endereço Eletrônico: www.comprasnet.gov.br

Registro de Preços: Não

Observações Gerais:

Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Comprasnet e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas, em especial, as contidas no Termo de Referência.

Torna-se público que o Conselho Regional dos Técnicos Industriais da 3ª Região, por meio da Gerência Administrativa, sediado na Av. Marquês de Olinda, nº 126, 3º andar, sala 302, Bairro do Recife, Recife-PE, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.



1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a Contratação de Serviços de Assistência Médica Hospitalar, por meio de operadora ou seguradora de planos de saúde, com rede própria e/ou credenciada, com abrangência nacional para casos de urgência e emergência, padrão enfermaria, na modalidade de contratação coletivo empresarial, nos termos da Lei nº 9.656/1998 e devidamente autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, sem carência, com cobertura assistencial médico-hospitalar e ambulatorial com obstetrícia, exames complementares e serviços auxiliares de diagnóstico e terapia, inclusive cobertura para doenças e lesões pré-existentes, bem como internações e cirurgias, tanto em caráter eletivo como emergencial, em hospitais e clínicas, restrito apenas aos Colaboradores do Conselho Regional dos Técnicos Industriais da 3ª Região.

1.2. A licitação será realizada em um único item.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

Do Credenciamento

2.1. O credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

2.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

Da Participação no Pregão

2.5. Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.



2.6. Será concedido tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

2.6.2. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.3. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.4. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.6.5. que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

2.6.6. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.7. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.8. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8. O impedimento de que trata o item 2.6.3. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A vedação de que trata o item 2.6.10. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO



3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo

3.2.2. que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

3.2.3. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.2.4. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.2.5. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.2.6. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.2.7. a declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

3.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.4.1. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.2 ou 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.9.1.a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.10. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário do item;

4.1.2. descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.



4.4. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual.

4.4.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.4.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.5. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência:

5.3.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.3.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.3.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor do item.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.



5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de no mínimo 5,00 (cinco) reais.

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

5.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.10.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.10.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.10.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.10.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.13. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.15. O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido nesse edital e seus anexos.

5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



5.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.19.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.19.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.19.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:



5.20.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.20.2. empresas brasileiras;

5.20.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.20.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.21.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e



6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.4. deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis ou ilegalidades;

6.7.2. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, conforme afirma a Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022, emitida pela SEGES/ME.

6.10. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.10.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e



6.10.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.11. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a executabilidade da proposta.

6.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.3. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.4. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.5. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.6. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.6.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à



integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.7. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

7.7.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.8. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.8.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.9. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.9.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.10.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.10.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.11. Na análise dos documentos de habilitação, a equipe de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.12. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.8.1.

7.13. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.14. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8. DOS RECURSOS



8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.crt03.gov.br/>

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela pregoeira durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível; ou

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva.



9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.



9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail: compras@crt03.gov.br.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.



11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.crt03.gov.br/>

11.11. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

11.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.12.1. Anexo I - Termo de Referência

11.12.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

11.12.1.2. Apêndice do Anexo I – Serviços Cobertos

11.12.2. Anexo II – Minuta de Termo de Contrato

11.12.3. Anexo III - Modelo de Proposta

11.12.4. Anexo IV – Declaração de Contratos Firmados

11.12.5. Anexo V – Declaração de Conhecimento das Condições da Prestação do Serviço

11.12.6. Anexo VI – Declaração Antinepotismo



Documento assinado digitalmente

JEFFERSON ALVES DE PONTES

Data: 24/05/2024 14:35:59-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Jeferson Alves de Pontes
Equipe de Apoio



Documento assinado digitalmente

MARIA GENILDA BERNARDINO DA SILVA

Data: 24/05/2024 15:02:27-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Maria Genilda Bernardino da Silva
Autoridade Competente

Termo de Referência 10/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
10/2024	927618-CONSELHO REG. DOS TECNICOS INDUSTRIAIS 3ª-PE	JEFERSON ALVES DE PONTES	22/05/2024 11:04 (v 7.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		2024.04.013

1. Definição do objeto

1.1. Contratação de Serviços de Assistência Médica Hospitalar, por meio de operadora ou seguradora de planos de saúde, com rede própria e/ou credenciada, com abrangência nacional para casos de urgência e emergência, padrão enfermaria, na modalidade de contratação coletivo empresarial, nos termos da Lei nº 9.656/1998 e devidamente autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, sem carência, com cobertura assistencial médico-hospitalar e ambulatorial com obstetrícia, exames complementares e serviços auxiliares de diagnóstico e terapia, inclusive cobertura para doenças e lesões pré-existentes, bem como internações e cirurgias, tanto em caráter eletivo como emergencial, em hospitais e clínicas, restrito apenas aos Colaboradores do Conselho Regional dos Técnicos Industriais da 3ª Região.

Grupo	Itens	CATSER	Quantidade	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Total
1	Faixa Etária 1 (0 a 18 anos)	12920	0	R\$ 362,77	-	-
	Faixa Etária 2 (19 a 23 anos)		2	R\$ 507,35	R\$ 1.014,70	R\$ 12.176,34
	Faixa Etária 3 (24 a 28 anos)		8	R\$ 625,46	R\$ 5.003,68	R\$ 60.044,16
	Faixa Etária 4 (29 a 33 anos)		9	R\$ 707,63	R\$ 6.368,69	R\$ 76.424,31
	Faixa Etária 5 (34 a 38 anos)		1	R\$ 773,70	R\$ 773,70	R\$ 9.284,37
			7	R\$ 847,77		

	Faixa Etária 6 (39 a 43 anos)			R\$ 5.934,41	R\$ 71.212,89
	Faixa Etária 7 (44 a 48 anos)	4	R\$ 1.021,46	R\$ 4.085,83	R\$ 49.029,96
	Faixa Etária 8 (49 a 53 anos)	2	R\$ 1.186,72	R\$ 2.373,45	R\$ 28.481,34
	Faixa Etária 9 (54 a 58 anos)	0	R\$ 1.275,51	-	-
	Faixa Etária 10 (59 ou mais)	1	R\$ 2.444,77	R\$ 2.444,77	R\$ 29.337,18
	Total	34	-	R\$ 27.999,21	R\$ 335.990,55

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3. O serviço objeto desta contratação é enquadrado como comum e continuado.

1.4. O custo estimado total da contratação é de R\$ R\$ 335.990,55 (trezentos e trinta e cinco mil novecentos e noventa e e nove reais e cinquenta e cinco centavos), conforme custos totais dispostos na tabela acima.

2. Fundamentação da contratação

2.1. O serviço objeto dessa contratação tem como fundamentação legal a Lei 9.656/98, as Resoluções Normativas nº 465 de 24 de fevereiro de 2021, nº 438 de 03 de dezembro de 2018, nº 557 de 14 de dezembro de 2022, nº 515 de 29 de abril de 2022 e nº 566 de 29 de dezembro de 2022, da Agência Nacional de Saúde Suplementar, dentre outras que regularem o setor.

3. Descrição da solução

3.1. A solução que atende aos interesses e necessidades do Conselho Regional dos Técnicos Industriais da Terceira Região, é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Assistência Médica Hospitalar, por meio de operadora ou seguradora de planos de saúde, com rede própria e/ou credenciada, com abrangência regional e nacional para casos de urgência e emergência, padrão enfermagem, na modalidade de contratação coletivo empresarial, nos termos da Lei nº 9.656/1998 e devidamente autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, sem carência, com cobertura assistencial médico-hospitalar e ambulatorial, com obstetrícia, exames complementares e serviços auxiliares de diagnóstico e terapia, inclusive cobertura para doenças e lesões pré-existentes, bem como internações e cirurgias, tanto em caráter eletivo como emergencial, em hospitais e clínicas e as demais exigências estabelecidas pela ANS, sem coparticipação, para os Colaboradores do CRT-03, pelo período de 12 (doze) meses.

3.2. O plano de assistência médica deverá atender às exigências da Lei nº 9.656/98 e Resolução Normativa - RN nº 65, de 24 de fevereiro de 2021, devendo ser permanentemente atualizada pelas Resoluções Normativas editadas pela ANS durante a vigência do contrato, bem como as demais normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar ANS.

3.3. Os preços mensais por beneficiário deverão ser de acordo com a distribuição de beneficiários inscritos por faixa etária, previstos no item Estimativa do Quantitativo Necessário, onde se incluem todos os custos diretos e indiretos, tributos porventura incidentes, taxa de administração, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

3.4. O valor mensal poderá ser revisto em periodicidade não inferior a doze meses, contados da data da assinatura do contrato, conforme o percentual autorizado pela ANS, de acordo com a previsão da RN nº 557 da ANS ou legislações posteriores que a substituam.

3.5. Para efeito de julgamento das propostas e composição do valor global do contrato, a licitante deverá considerar os preços para o Plano Coletivo Empresarial, padrão corporativo, quarto coletivo, por faixa etária, e ainda, observar a Resolução Normativa nº 563, de 15 de dezembro de 2022, da ANS que define os limites a serem observados para adoção de variação de preço, por faixa etária, dos planos privados de assistência a saúde.

3.6. Prestar os serviços, cumprindo os prazos e atendendo integralmente a todas as condições e especificações estabelecidas neste estudo.

3.7. Prestar os serviços por intermédio de rede própria, credenciada, cooperada ou referenciada, cuja abrangência deve compreender os estados de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Sergipe, e, em caso de urgência e emergência, todo o território nacional.

3.8. Arcar com todos os custos como, impostos, taxas, emolumentos, seguros e contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre todas as atividades decorrentes da execução do contrato, de forma que os preços constantes da cláusula de pagamentos representem a única e exclusiva contraprestação pelos serviços prestados.

3.9. Emitir os cartões de identificação dos beneficiários, sem ônus para o CRT-03.

3.10. Efetuar o bloqueio de imediato, em casos de perda, roubo, furto ou extravio do cartão, após solicitação do CRT-03 ou do empregado beneficiário.

3.11. Invalidar os cartões dos funcionários que se desligarem do plano de assistência médica, ou quando do término, ou da rescisão do contrato, sem a obrigatoriedade de devolução dos cartões ou de seu ressarcimento.

3.12. Emitir, quando necessárias, as guias de autorizações de exames e internações, nos prazos estabelecidos na Resolução Normativa nº 566/2022.

3.13. Manter serviços telefônicos de apoio ao usuário durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante todos os dias da semana.

3.14. Garantir o atendimento necessário, nos casos de ausência, inexistência ou impossibilidade de atendimento de prestador integrante da rede assistencial, nos termos da Resolução Normativa nº 566/2022.

3.15. Garantir o transporte de seus beneficiários a prestadores de serviços habilitados para o atendimento demandado, assim como seu retorno ao município da demanda pelo atendimento, observado, em cada caso, o que determina a Resolução Normativa nº 566/2022.

3.16. Manter a relação de credenciados, substituindo os estabelecimentos que venham a se descredenciar por outro do mesmo porte e na mesma região, comunicando o fato ao CRT-03.

3.17. Fornecer manual do usuário, catálogo ou similar, impresso ou eletrônico, aos beneficiários do plano, bem como informações atualizadas sobre sua rede de atendimento própria, credenciada, cooperada ou referenciada, nas respectivas áreas de atuação e abrangência geográfica, via folder/catálogo impressos, endereço em sítio eletrônico ou serviço de atendimento telefônico.

3.18. Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no que couber, o objeto deste procedimento em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, no prazo de 5 (cinco) dias, contado da notificação, sem ônus para o CRT-03.

3.19. Nomear preposto, aceito pelo CRT-03, para, durante o período de vigência do contrato, representá-la administrativamente, sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração em que deverá constar o nome completo, n.º do CPF e do documento de identidade.

3.20. Prestar, por meio do preposto nomeado, todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CRT-03, atendendo de imediato às solicitações de seus representantes.

3.21. Assumir inteira responsabilidade, civil, administrativa e penal por danos materiais ou pessoais causados ao CRT-03 e/ou a terceiros provocados por ineficiência ou irregularidades dos produtos e serviços ofertados, bem como por atos cometidos por seus empregados, contratados ou prepostos envolvidos na execução do contrato, decorrentes de dolo ou culpa.

3.22. Guardar o mais absoluto sigilo em relação às informações ou documentos de qualquer natureza a que venham tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e/ou incorreta ou descuidada utilização.

3.23. Comunicar ao CRT-03 qualquer anormalidade, relacionada ao objeto, verificada durante a execução do contrato.

3.24. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos no ato convocatório, observando a prática da boa técnica e a legislação vigente.

3.25. Emitir as notas fiscais com as devidas deduções legais, em cuja a ocasião será verificada a regularidade da contratada junto ao FGTS, ao INSS e à Justiça do Trabalho, por meio das respectivas certidões, a serem emitidas através dos sítios eletrônicos correspondentes.

3.26. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório, inclusive em relação à regularidade junto ao FGTS, ao INSS e à Justiça do Trabalho.

3.27. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, na forma da legislação vigente.

3.28. A contratada deverá observar e cumprir, ainda, as disposições da Lei nº 9.656/98, bem como todas as Resoluções Normativas da ANS e demais determinações e orientações dos órgãos competentes, que sejam pertinentes ao objeto pretendido.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade

4.1. O plano de assistência médica para o desenvolvimento nacional sustentável, deverá possuir ou implementar critérios de sustentabilidades, voltados para redução do consumo de energia, reduzir impactos negativos sobre o meio ambiente, descarte de insumos, reciclagem, maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da Contratação

4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, conforme regras previstas no edital, contrato ou instrumento equivalente, que deverá ser apresentada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a assinatura do contrato ou aceite do instrumento equivalente.

4.4. Caberá a Contratada optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

4.4.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública

4.4.1.1. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, conforme dados bancários a seguir descrito:

- a) Favorecido: Conselho Regional dos Técnicos Industriais da 3ª Região
- b) CNPJ: 32.784.418/0001-23
- c) Banco: Caixa Econômica Federal
- d) Agência: 1294
- e) Conta: 4988-0

4.4.1.2. Uma vez realizada a transação, deverá ser enviado o respectivo comprovante para o endereço eletrônico, compras@crt03.gov.br.

4.4.1.3. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

4.4.2. Seguro Garantia, contendo:

4.4.2.1. Apólice em que o Contratante deverá ser indicado como beneficiário;

4.4.2.2. Prazo de validade que deverá corresponder ao período de vigência do contrato, acrescido de 3 (três) meses, devendo ser tempestivamente renovado se estendida ou prorrogada essa vigência;

4.4.2.3. Cláusula que assegure o pagamento, independente de interpelação judicial, caso a Contratada não cumpra as obrigações decorrentes da execução do contrato.

4.4.3. Fiança Bancária, emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, contendo:

4.4.3.1. Prazo de validade, que deverá corresponder ao período de vigência do contrato, acrescido de 3 (três) meses, devendo ser tempestivamente renovada se estendida ou prorrogada a vigência do contrato;

4.4.3.2. Expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento ao CRT-03, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra obrigações decorrentes da execução do contrato;

4.4.3.3. Renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos artigos 827 e 838 do Código Civil.

4.5. Caso a garantia oferecida pela Contratada evidencie qualquer impropriedade ou incorreção em seu teor ou origem, ou se for utilizada no pagamento de quaisquer obrigações, incluindo a indenização de terceiros, a Contratante poderá, a qualquer tempo, exigir sua regularização ou substituição no prazo máximo e improrrogáveis de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da referida notificação;

4.6. A falta de atendimento à convocação para regularização ou substituição da garantia na forma e prazo especificados no subitem anterior sujeitará a Contratada às seguintes consequências:

4.6.1. Retenção dos pagamentos que lhe sejam devidos, para recomposição da garantia, na modalidade caução em dinheiro; ou

4.6.2. Caracterização de inexecução contratual, ensejando a consequente aplicação das penalidade previstas neste Edital e, ainda, a extinção dos contratos com fundamento no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.7. Caberá à Administração decidir motivadamente entre a retenção de pagamentos para recomposição da garantia ou a caracterização da inexecução contratual.

4.8. A Contratante poderá utilizar a garantia, a qualquer momento, para se ressarcir das despesas decorrentes de quaisquer obrigações inadimplidas da Contratada.

4.8.1. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida o pagamento de:

4.8.1.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.8.1.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

4.8.1.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada; e

4.8.1.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado, quando couber.

- 4.9. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 4.10. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 4.11. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto.
- 4.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.13. Se o valor da garantia for utilizado ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada:
- 4.13.1. Em caso da não reposição da garantia pela Contratada, fica autorizada ao Contratante reter os pagamentos devidos até o cumprimento do subitem acima.
- 4.14. A contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria:
- 4.14.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º da Lei. nº 14.133, de 2021)

4.14.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 4.15. A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.
- 4.16. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 4.17. O garantidor não é a parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.
- 4.18. A Contratada autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e no Contrato.
- 4.19. A devolução da garantia não isenta a Contratada das responsabilidades previstas no artigo 618 do Código Civil Brasileiro.
- 4.20. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Execução

- 5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 5.1.1. Início da execução do objeto: 5 (cinco) dias da assinatura do contrato.
- 5.2. Do local de entrega e/ou prestação dos serviços:
- 5.2.1. Os serviços de plano de saúde serão prestados em âmbito Estadual e Nacional;

Logradouro	Complemento	Bairro	Cidade	UF	CEP
------------	-------------	--------	--------	----	-----

Avenida Marquês de Olinda, 126	3º andar, sala 302	Bairro do Recife	Recife	PE	50030-901
Avenida Juarez Tavorá, 522	Edifício Maximum, sala 109	Torre	João Pessoa	PB	58040-907
Avenida Menino Marcelo, 9350	Empresarial Humberto Lobo, sala 1408	Serraria	Maceio	AL	57046-000
Avenida José Machado de Souza, 120	Edifício Horizonte Jardins OfficesSala 11, 14º andar	Jardins	Aracaju	SE	49025-740

5.2.2. Sujeito a mudanças de endereços.

5.2.3. A assistência médica, hospitalar e obstétrica, ambulatorial e laboratorial, terá abrangência com cobertura nos Estados: Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Sergipe.

5.2.4. Para os casos de urgência e emergência, obrigatoriamente, em âmbito nacional.

5.3. Do Custeio:

5.3.1. O custeio com a assistências dos Colaboradores ativos, será de responsabilidade do CRT-03 e dos seus Colaboradores.

5.3.2. Os colaboradores ativos contribuirão com 10% do valor da mensalidade do seu plano, que será descontado diretamente em folha de pagamento no mês seguinte à prestação do serviço.

5.4. Identificação dos beneficiários:

5.4.1. São beneficiários dos serviços para fins da presente contratação, Colaboradores ativos ocupantes de cargos efetivos e comissionados. Não se aplica aos cargos honoríficos do Órgão.

5.4.2. Os beneficiários receberão gratuitamente Carteira de Identificação física personalizada, a ser fornecida pela Contratada, que será usada quando da utilização dos serviços cobertos pela empresa;

5.4.3. Em caso de extravio da Carteira de identificação, exceto por roubo, furto e desastres naturais, devidamente comprovados, o custo da emissão de nova carteira, aprovado previamente pelo CRT-03, será assumido na sua integralidade pelo beneficiário junto à Contratada.

5.4.4. Nos casos executados na alínea anterior, o beneficiário fica isento da responsabilidade de ressarcir os prejuízos que vierem a ser causados, ficando a cargo da Contratada o custo de emissão da nova carteira, desde que o fato seja comunicado ao CRT-03, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar do evento.

5.5. Das Carências:

5.5.1. Não será exigida qualquer forma de carência se a inscrição do beneficiário ocorrer dentro de 30 (trinta) dias, a contar da data de assinatura do contrato celebrado entre a Contratada e o Contratante.

5.5.2. Findo o prazo disposto no item 5.5.1., a adesão será permitida, porém estará sujeita ao período de carência, até o limite máximo do disposto na Lei nº 9.656, de 1998 ou ato normativo da ANS.

5.6. Das adesões/inclusões/exclusões de beneficiários:

5.6.1. A adesão do plano de assistência médica é facultativa.

5.6.2. A Contratante deverá relacionar, após assinatura do contrato, os beneficiários que deverão ser incluídos no plano em até 5 (cinco) dias úteis após a celebração do instrumento.

5.6.3. Serão admitidas adesões, com carência para conclusões após 30 dias da celebração do contrato, que por ventura não tenham sido incluídos no plano dentro do prazo de que trata o item anterior.

5.6.4. A Contratada não poderá excluir, ou negar inscrição de beneficiários sob a alegação de possuírem doenças pré-existente.

5.6.5. A exclusão do beneficiário poderá ocorrer a qualquer tempo por demissão ou por solicitação do Colaborador beneficiário.

5.6.6. O funcionário poderá ser excluído do plano, nos seguintes casos:

5.6.6.1. prática de infrações com o objetivo de obtenção de vantagem ilícita;

5.6.6.2. prática de fraude;

5.6.6.3. morte;

5.6.6.4. recusa de efetuar exames ou diligências necessárias a resguardar os direitos do CRT-03 ou da Contratada;

5.6.6.5. quando da cessação do vínculo entre o Colaborador e o CRT-03, resguardadas condições mais favoráveis previstas neste item;

5.6.6.6. com o cancelamento do contrato;

5.7. Da rede credenciada mínima:

5.7.1. Atendimento em no mínimo 12 (doze) hospitais nos Estados de Pernambuco, Paraíba, credenciados ou próprios, incluindo pelo menos 1 das seguintes áreas: clínica médica, ortopedia, cirurgia e/ou cardiologia.

5.7.2. Atendimento em no mínimo 8 (oito) hospitais nos Estados de Alagoas e Sergipe, credenciados ou próprios, incluindo pelo menos 1 das seguintes áreas: clínica médica, ortopedia, cirurgia e/ou cardiologia.

5.7.3. Atendimento à pelo menos 04 (quatro) hospitais Pronto Socorro, em cada um dos Estados, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Sergipe, credenciados ou próprios

5.7.4. Atendimento à pelo menos 01 (uma) maternidade, em cada um dos Estados, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Sergipe, credenciados ou próprios.

5.7.5. Atendimento à pelo menos 03 (três) laboratórios, em cada um dos Estados, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Sergipe.

5.8. Das Coberturas:

5.8.1. a operadora contratada deverá assegurar aos beneficiários regularmente inscritos no Plano de Saúde as especialidades médicas e serviços nas condições descritas no Anexo II constante deste Termo de Referência, compreendendo ainda todo rol de Procedimentos Médicos para o plano de referência de assistência à saúde, constantes na Resolução RN nº 465 de 24 de fevereiro de 2021 e anexos, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

5.9. Da indisponibilidade e inexistência de prestador no Município:

5.9.1. Na hipótese de indisponibilidade de prestador integrante da rede assistencial que ofereça o serviço ou procedimento demandado, no município pertencente à área geográfica de abrangência e à área de atuação do produto, a operadora deverá garantir o atendimento em:

5.9.1.1. prestador não integrante da rede assistencial no mesmo município;

5.9.1.2. prestador integrante ou não da rede assistencial nos municípios limítrofes a este.

5.9.2. No caso de atendimento por prestador não integrante da rede assistencial, o pagamento do serviço ou procedimento será realizado pela operadora ao prestador do serviço ou do procedimento, mediante acordo entre as partes.

5.9.3. Na indisponibilidade de prestador integrante ou não da rede assistencial no mesmo município ou nos municípios limítrofes a este, a operadora deverá garantir o transporte do beneficiário até um prestador apto a realizar o devido atendimento, assim como seu retorno à localidade de origem

5.9.4. Na hipótese de inexistência de prestador, seja ele integrante ou não da rede assistencial, que ofereça o serviço ou procedimento demandado, no município pertencente à área geográfica de abrangência e à área de atuação do produto, a operadora deverá garantir atendimento em:

5.9.4.1. prestador integrante ou não da rede assistencial nos municípios limítrofes a este; ou

5.9.4.2. prestador integrante ou não da rede assistencial na região de saúde à qual faz parte o município.

5.9.5. Na inexistência de prestadores nas hipóteses listadas nos subitens acima, a operadora deverá garantir o transporte do beneficiário até um prestador apto a realizar o devido atendimento, assim como seu retorno à localidade de origem.

5.9.6. Nas hipóteses listadas nos itens 5.9.4.1 e 5.9.4.2., a operadora estará desobrigada a garantir o transporte.

5.10. Do reembolso:

5.10.1. Na hipótese de descumprimento do disposto no item 5.9, caso o beneficiário seja obrigado a pagar os custos do atendimento, a operadora deverá reembolsá-lo integralmente no prazo de até trinta dias, contado da data da solicitação de reembolso, inclusive as despesas com transporte, conforme Resolução Normativa ANS nº 566, de 2022.

5.10.2. Para todos os produtos que prevejam a opção de acesso a livre escolha de prestadores, o reembolso será efetuado nos limites do estabelecido contratualmente.

5.10.3. Nos produtos onde haja previsão de acesso a livre escolha de prestadores, quando o procedimento solicitado pelo beneficiário não estiver disposto na cláusula de reembolso ou quando não houver previsão contratual de tabela de reembolso, deverá ser observada a regra disposta no item 5.10.1.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.8. A proposta deverá contemplar:

5.8.1. contratação de Serviços de Assistência Médica Hospitalar, por meio de operadora ou seguradora de planos de saúde, com rede própria e/ou credenciada, com abrangência nacional para casos de urgência e emergência, padrão enfermagem, na modalidade de contratação coletivo empresarial, nos termos da Lei nº 9.656/1998 e devidamente autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, sem carência, com cobertura assistencial médico-hospitalar e ambulatorial com obstetrícia, exames complementares e serviços auxiliares de diagnóstico e terapia, inclusive cobertura para doenças e lesões pré-existentes, bem como internações e cirurgias, tanto em caráter eletivo como emergencial, em hospitais e clínicas.

5.8.2 A proposta será efetuada considerando faixa etária, conforme especificado na tabela do Item 7.1. do Estudo Técnico Preliminar anexo I deste Termo de Referência.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor financeiro para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.2. A empresa deverá enviar mensalmente, em anexo à Nota Fiscal/Fatura, os seguintes relatórios impressos e por e-mail:

7.2.1. Relatório de Beneficiários: contendo lista dos beneficiários ativos, por modalidade, em ordem alfabética de titular e lista de movimentação (inclusão, exclusão e alteração) do beneficiário no mês.

7.2.2. Relatório de Utilização de Rede Credenciada com os seguintes dados:

7.2.2.1. Perfil Etário;

7.2.2.2. Despesa per capita por beneficiário, idade e sexo;

7.2.2.3. Indicadores sobre a utilização constando:

a. Quantidade de consultas por beneficiário por ano;

b. Percentual de frequência das 10 maiores especialidades em relação ao total de consultas (maiores incidências).

7.2.2.4. Diagnose, compreendendo:

a. Quantidade de exames por beneficiários por ano;

b. Percentual de frequência das 10 maiores patologias que geraram terapias em relação ao total;

7.2.2.5. Terapias, compreendendo:

a. Percentual de frequência das 10 maiores patologias que geraram terapias em relação ao total;

b. Percentual de frequência das 10 maiores terapias em relação ao total (maiores incidências);

7.2.2.6. Internações Clínicas, cirúrgicas, partos e UTI:

- a. Percentual de frequência das 10 maiores patologias que geraram internações em relação ao total de internações (maiores incidências).

7.3. A empresa contratada deverá apresentar a Nota Fiscal/Fatura referente à prestação dos serviços executados no período de 01 a 30 do mês vencido, a partir do 1º dia útil dos meses subsequentes.

7.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “ATESTO” pelo fiscal ou, na sua ausência, pelo gestor do contrato na nota fiscal apresentada.

7.5. O CRT-03 solicitará à CONTRATADA, na hipótese de glosas e/ou incorreções de valores, a correspondente retificação objetivando a emissão da nota fiscal/fatura.

Do recebimento

7.6. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.8. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.9. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

7.10. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.11. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.11.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.11.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.11.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.11.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.11.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.12. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.13. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.13.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.13.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.13.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.13.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.13.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.14. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.15. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.16. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.17. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.18. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.18.1. o prazo de validade;

7.18.2. a data da emissão;

7.18.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.18.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.18.5. o valor a pagar; e

7.18.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.19. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.20. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.21. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do

órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.22. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.23. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.24. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.25. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.26. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

Forma de pagamento

7.27. O pagamento será realizado por meio de boleto bancário.

7.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.31. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano conforme Art. 25 § 7º da Lei 14.133/21.

7.32. Os valores das contraprestações pecuniárias definidas na Proposta de Contratação e na tabela de preços para as novas adesões deste contrato, bem como os valores previstos na Cláusula Mecanismos de Regulação, serão reajustados a cada 12 (doze) meses, de acordo com a tabela de faixas apresentada no item 7.3 e conforme parâmetros abaixo:

7.32.1. Reajuste conforme a variação do IPCA ou IGPM, ou por outro índice que o substitua no caso de sua extinção, acumulado no período de análise do contrato (a cada doze meses, contados a partir do início da vigência), somado ao Índice de Reajuste Técnico - IRT%, apurado no período, caso a sinistralidade do contrato atinja patamar superior a 75% (setenta e cinco por cento).

7.32.2. O IGPM e o IRT% serão apurados em período de 12 meses consecutivos, com uma defasagem de 04 (quatro) meses em relação ao período de aplicação do reajuste do contrato.

7.32.3. O cálculo do índice de Reajuste Técnico — IRT% será realizado com base na fórmula:

$$\text{IRT\%} = (\text{SIN} / 75\% - 1) * 100$$

7.32.4. Na fórmula acima, SIN representa o percentual de sinistralidade do contrato ou índice de utilização do agrupamento de contratos, que é obtido mediante utilização da fórmula:

$$\text{SIN} - (\text{Total de Despesas Assistenciais} / \text{Total de Receitas Líquidas do Período}) * 100$$

7.32.5. Portanto, quando a sinistralidade do agrupamento superar o patamar de 75% (setenta e cinco por cento) o índice de reajuste contratual será composto pela soma do Índice de Reajuste Técnico e do Índice Geral de Preços de Mercado (IRT% + IGPM). Do contrário, deve-se utilizar apenas o IGPM.

7.32.6. Quando na ocasião do reajuste o contrato contiver menos de 30 (trinta) beneficiários, o reajuste anual será apurado considerando o agrupamento de todos os contratos coletivos da Contratada com menos de 30 (trinta) beneficiários, conforme estabelecido em Resolução Normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar. Neste sentido, a apuração da quantidade de beneficiários deverá ser realizada anualmente conforme parâmetros abaixo:

7.32.6.1. Na primeira apuração será considerada a quantidade de beneficiários na assinatura do contrato;

7.32.6.2. Para as apurações seguintes, será considerada a quantidade de beneficiários no último aniversário do contrato.

7.33. Só poderá ser aplicado um único reajuste contratual a cada 12 (doze) meses, ressalvados os reajustes por mudança de faixa etária.

7.34. Não poderá haver aplicação de percentuais de reajuste diferenciados dentro de um mesmo plano em um determinado contrato.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.22. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.22.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.22.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.22.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.22.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.23. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.25. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.26 A comprovação da rede mínima de atendimento é obrigatória em todas as regiões indicadas neste Termo de Referência e deverá ser feita pela apresentação de relação ou manual atualizado com nomes, endereços e telefone de médicos, hospitais ou clínicas de pronto atendimento e laboratórios credenciados para atendimento.

8.27. Apresentar 01 ou mais Atestado (s) de Capacidade Técnica emitido por empresa pública ou privada de forma que a licitante comprove já ter executado objeto semelhante ao que se propõe nesta licitação, devendo conter no mínimo: o período, a descrição e a manifestação quanto à regularidade da execução do objeto, a data de emissão do atestado e a clara identificação do seu emitente.

8.28. O Atestado de Capacidade Técnica deve comprovar, no mínimo, a prestação de serviços semelhantes equivalentes a 50% (cinquenta por cento) da quantidade estimada do objeto presente neste Termo de Referência

8.29. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.30. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.31. Comprovação de registro de inscrição da empresa licitante junto à Agência Nacional de Saúde – ANS, dentro do prazo de validade, para comprovar que a licitante está apta a prestar os serviços objeto deste Termo de Referência, de acordo com o disposto na Lei nº 9.656/98 e alterações posteriores.

8.32. Apresentar comprovante de registro junto ao Conselho Regional de Medicina – CRM do respectivo Estado.

8.33. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.34. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.35. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 335.990,55

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 335.990,55 (trezentos e trinta e cinco mil novecentos e noventa reais e cinquenta e cinco centavos).

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Conselho Regional dos Técnicos Industriais, na classificação abaixo:

10.1.1. Conta contábil: 6.2.2.1.1.01.01.003 - Benefícios a Pessoal

10.1.2. Subconta contábil: 6.2.2.1.1.01.01.003.003 - Plano de Saúde

10.1.3. Valor disponível: R\$ 150.490,32 (cento e cinquenta mil quatrocentos e noventa reais e trinta e dois centavos)

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JEFERSON ALVES DE PONTES

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 22/05/2024 às 11:04:45.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP10_2024.pdf (133.81 KB)
- Anexo II - Dos serviços cobertos.pdf (3.16 MB)

Anexo I - ETP10_2024.pdf

Estudo Técnico Preliminar 10/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 2024.04.013

2. Descrição da necessidade

- 2.1. O Conselho Regional dos Técnicos Industriais da 3ª Região possui em seu quadro funcional 34 empregados, para os quais oferece benefícios visando contribuir para a formação de um ambiente de trabalho saudável e adequado ao crescimento profissional, incentivando os colaboradores a realizarem suas tarefas com qualidade e satisfação. Para o estudo em questão, trata-se da concessão de Assistência Médica Hospitalar para todos os Colaboradores.
- 2.2. A contratação pretendida justifica-se no benefício de proporcionar segurança e tranquilidade aos empregados do CRT-03, no campo da saúde, tendo em vista que o acesso à assistência médica, hospitalar e ambulatorial ofertada por órgãos públicos, ainda que garantida constitucionalmente, não satisfazem as necessidades existentes daqueles que o necessitam na presente conjuntura nacional.
- 2.3. Justifica ainda a contratação, o fato da assistência à saúde prestada pelos planos ou seguros privados, embora apresente suas deficiências, é considerada no Brasil como o melhor atendimento médico-hospitalar e ambulatorial prestados às pessoas assistidas.
- 2.4. Nesse cenário, o objetivo primordial do CRT-03 é garantir uma assistência à saúde eficaz e respeitosa, tanto no ambiente profissional quanto na vida pessoal, e mitigar os impactos negativos das doenças na capacidade de desempenho funcional, visando preservar sua continuidade e qualidade.
- 2.5. Considerando a natureza do serviço a ser contratado e sua grande importância, é justificável garantir a prestação contínua deste serviço, assegurando a continuidade das operações essenciais do órgão e o acesso à rede de saúde para os Colaboradores. Portanto, a contratação em questão pode se estender por múltiplos períodos financeiros, uma vez que sua interrupção poderia comprometer a realização da missão institucional.
- 2.6. O plano de assistência médica deve oferecer aos funcionários do CRT-03 condições superiores para a gestão da saúde, abrangendo tanto cuidados preventivos quanto tratamentos necessários em casos de doenças ou acidentes, conforme estabelecido no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS.
- 2.7. A cobertura mínima deve ser regional, devido às atividades dos fiscais nos Estados de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Sergipe, garantindo atendimento médico-hospitalar imediato quando necessário. A cobertura nacional é reservada para situações de urgência e emergência.
- 2.8. A Entidade reconhece que a saúde humana é um bem fundamental do qual depende o indivíduo para o desenvolvimento de todas as suas atividades cotidianas, inclusive a laboral. Portanto, a realização de processo licitatório se justifica em razão da necessidade de benefícios de assistência médica aos Colaboradores do CRT-03, haja vista todas as vantagens dela decorrentes e sob a perspectiva do interesse público desta contratação.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Gerência Geral	André Henrique Bezerra

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Sustentabilidade

4.1. O plano de assistência médica para o desenvolvimento nacional sustentável, deverá possuir ou implementar critérios de sustentabilidades, voltados para redução do consumo de energia, reduzir impactos negativos sobre o meio ambiente, descarte de insumos, reciclagem, maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da Contratação

4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, conforme regras previstas no edital, contrato ou instrumento equivalente, que deverá ser apresentada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a assinatura do contrato ou aceite do instrumento equivalente.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Soluções de mercado:

- 5.1.1. Contratação de operadora de plano de saúde;
- 5.1.2. Auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento;
- 5.1.3. Credenciamento de administradoras de benefícios;
- 5.1.4. Autogestão de plano de saúde.

Contratação de operadora ou seguradora de plano de saúde

5.2. Para a contratação de uma operadora de plano de saúde no formato de contrato coletivo empresarial, conforme estipulado pela Lei 9.656 de 3 de junho de 1998, em todo o território nacional, abrangendo serviços médico-hospitalares, ambulatoriais, exames complementares, diagnóstico e terapia, assim como internações, tanto eletivas quanto emergenciais, em hospitais e clínicas, em enfermarias e apartamentos individuais, é imprescindível a realização de um processo licitatório.

5.3. Este modelo apresenta vantagens significativas, tais como o custo fixo por beneficiário, transferindo o risco imediato de ocorrência de sinistros elevados para a operadora contratada, e dispensando a necessidade de constituição de garantias ou provisões para a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

5.4. Entretanto, há desafios a serem considerados. O mercado de saúde é dominado por poucas empresas, o que reduz a competitividade das licitações e coloca o órgão em posição de submissão às regras estabelecidas por elas. A inflação médica aumenta os percentuais de reajuste das mensalidades, aumentando a participação do servidor no custeio. Além disso, há uma lacuna no controle analítico dos serviços prestados pela operadora, bem como na gestão dos custos médicos, uma vez que a contratação dos prestadores de serviços (hospitais, clínicas, laboratórios, etc.) é responsabilidade da operadora. Por fim, a falta de dados robustos compromete uma argumentação consistente para o reajuste das mensalidades.

5.5. No site da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, é possível consultar as operadoras/seguradoras com registro na agência reguladora com autorização para comercializar planos de saúde.

5.6. Não há necessidade de aquisição de serviços ou materiais complementares relacionados a esta solução.

Auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento

5.7. No caso do Auxílio de Caráter Indenizatório, através de ressarcimento, o servidor recebe uma compensação parcial do valor pago pelo beneficiário pela contratação de um plano de saúde privado. No entanto, para que o servidor seja elegível a esse auxílio, é necessário comprovar a contratação particular de um plano que atenda aos requisitos mínimos estabelecidos pelas normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), conforme detalhado na Portaria Normativa nº. 1, de 9 de março de 2017, do Ministério do Planejamento.

5.8. Entretanto, há desvantagens associadas a essa modalidade. A principal delas é a falta de padronização na qualidade dos serviços de saúde oferecidos, já que cada empregado pode contratar uma assistência médica hospitalar diferente, sem necessariamente seguir um padrão de cobertura assistencial. Isso pode comprometer a estratégia de retenção de talentos da organização.

5.9. Além disso, existem situações desfavoráveis para a utilização deste tipo de auxílio:

- a) A legislação trabalhista (CLT) não permite a concessão de plano de saúde na forma de auxílio financeiro, conforme o artigo 458, inciso IV, da CLT, que estipula que a assistência médica, hospitalar e odontológica fornecida pelo empregador não tem natureza salarial e deve ser prestada diretamente ou através de seguro-saúde.
- b) Mesmo que o empregador conceda um auxílio em dinheiro para o empregado contratar seu próprio plano de saúde, a disponibilidade de planos individuais no mercado é limitada devido às regras que regulam o aumento das mensalidades, tornando muitas vezes inviável a sua contratação para funcionários com menor poder aquisitivo e mais idade.
- c) Se o valor do auxílio não for suficiente para cobrir os gastos com o plano de saúde do empregado, o CRT-03 poderá ser responsabilizado judicialmente por pagar as diferenças nas mensalidades.
- d) A extinção do plano de saúde coletivo impede que o empregado aposentado permaneça como beneficiário, tendo que arcar com o pagamento integral das mensalidades dos planos individuais, o que é assegurado pela Lei 9.656/98. Isso ocorre porque as mensalidades dos planos coletivos são geralmente mais baixas do que as dos planos individuais. Ademais, o CRT-03 deve ser capaz de comprovar a adequação do valor reembolsado aos empregados para a aquisição do plano de saúde em relação ao que pagaria diretamente a uma operadora de plano de saúde.

Credenciamento de administradoras de benefícios

5.10. Outro modelo oferecido é o credenciamento de administradoras de benefícios, conforme regulamentado pela Resolução Normativa - RN Nº 196, de 14 de julho de 2009, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. As administradoras de benefícios são entidades jurídicas que propõem a contratação de planos coletivos na condição de estipulantes ou que prestam serviços para pessoas jurídicas contratantes de planos privados de assistência à saúde coletivos.

5.11. Esse credenciamento viabiliza a oferta de uma ou mais administradoras de benefícios, as quais disponibilizam uma ou mais operadoras de planos de saúde para os beneficiários escolherem aquele que melhor lhes convier. As administradoras são responsáveis pelas inclusões e exclusões de beneficiários, bem como pelas alterações de planos. Elas representam os usuários perante a operadora escolhida e são encarregadas pela contratação e pelos reajustes anuais de preços.

5.12. Seria vantajoso implementar a prestação de assistência à saúde no formato de "auxílio-saúde", que consiste no custeio do plano de saúde por meio de um auxílio mensal de caráter indenizatório. Esse auxílio seria fornecido por meio do ressarcimento parcial das despesas com mensalidades pagas a planos privados de saúde, de livre escolha e responsabilidade do beneficiário, com comprovação de pagamento. A diferença entre o valor do plano escolhido e o auxílio seria custeada pelo servidor, sendo o auxílio limitado ao valor estabelecido caso o plano contratado seja mais barato.

5.13. Entre os pontos positivos do credenciamento de administradoras de benefícios, destaca-se a agregação do número de beneficiários em um grupo maior, facilitando a negociação das administradoras com as operadoras. Além disso, há a possibilidade de oferta de mais de uma operadora/seguradora de plano. No entanto, alguns pontos negativos incluem o valor geralmente limitado do auxílio oferecido pelos órgãos públicos, que cobre apenas uma parte das despesas com saúde, o reajuste anual determinado pela ANS e a presença de uma empresa intermediária visando lucro.

Autogestão em Assistência à Saúde

5.14. Por último, uma alternativa que merece destaque é a autogestão em assistência à saúde, na qual a própria instituição organiza e administra, sem fins lucrativos, o programa de assistência à saúde de seus beneficiários. Esse modelo reduz os custos decorrentes da intermediação das empresas de plano de saúde do mercado. Ele é regulamentado pela Resolução Normativa nº 137 da ANS, datada de 14 de novembro de 2006.

5.15. Para implementar essa abordagem, é necessário criar uma pessoa jurídica cujo foco esteja exclusivamente relacionado à assistência à saúde, estabelecer um fundo de reservas para cobrir despesas, obter autorização de funcionamento da agência reguladora e elaborar um regulamento detalhado para o programa de assistência à saúde.

5.16. Uma pesquisa realizada em outros tribunais revelou que, além das obrigações legais mencionadas, a gestão desse modelo requer a contratação de empresas especializadas em atuária, contabilidade e auditoria, bem como a aquisição ou desenvolvimento de um sistema de gestão de plano de saúde. Também é necessário contar com equipes dedicadas ao credenciamento, autorização de procedimentos e faturamento, além de uma equipe médica.

5.17. Os benefícios do modelo de autogestão incluem:

5.17.1. Um modelo econômico no qual a instituição paga apenas pelos serviços realmente utilizados, sem a necessidade de intermediários;

5.17.2. Liberdade para adaptar o plano conforme as necessidades específicas;

5.17.3. Cobertura assistencial definida pela própria instituição;

5.17.4. Programas de promoção da saúde e prevenção de doenças que podem ser utilizados para monitorar e controlar riscos;

5.17.5. Como órgão público, o TSE tem a opção de estabelecer o plano ou programa por meio de ato administrativo, sem a necessidade de aprovação da ANS.

5.18. Por outro lado, existem alguns desafios associados à autogestão:

5.18.1. Custos operacionais e administrativos, uma vez que todas as responsabilidades financeiras recaem sobre a instituição;

5.18.2. Riscos de solvência, especialmente quando há tratamentos dispendiosos e a base de financiamento é limitada;

5.18.3. Escassez de gestão especializada;

5.18.4. Falta de conscientização dos beneficiários sobre o modelo, o que pode levar a desequilíbrios devido a usos inadequados;

5.18.5. Aumento do custo administrativo, pois a criação do plano ou programa exigirá a contratação de novos funcionários especializados;

5.18.6. Investimento financeiro inicial para formar o fundo necessário.

5.19. Assim, a solução que atende aos interesses e necessidades do Conselho Regional dos Técnicos Industriais da 3ª Região, é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Assistência Médica Hospitalar, por meio de operadora ou seguradora, com rede própria e/ou credenciada, com abrangência regional e nacional para casos de urgência e emergência, padrão enfermagem, na modalidade de contratação coletiva empresarial, sem coparticipação, pelo período de 12 meses.

5.20. Tendo em vista as informações supramencionadas, levando-se em consideração os pontos negativos e positivos de cada modelo, esta unidade técnica entende que a contratação de operadora de plano de saúde é o modelo que melhor possibilita a prestação de assistência à saúde.

5.21. Em comparação com o credenciamento de administradora de benefícios, o modelo de contratação de operadora/seguradora de plano de saúde é mais vantajoso porque elimina a empresa intermediária, a administradora de benefícios, evitando assim os valores pagos a título de lucro para duas empresas.

5.22. Em comparação ao modelo de autogestão em assistência à saúde, enquanto a autogestão requer que a instituição assuma a responsabilidade direta pela administração do programa de assistência à saúde, incluindo credenciamento de prestadores, autorização de procedimentos e faturamento, a contratação de uma operadora ou seguradora transfere essa carga administrativa para a empresa contratada. Isso pode resultar em uma gestão mais simplificada e menos demandante de recursos internos.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução que atende aos interesses e necessidades do Conselho Regional dos Técnicos Industriais da 3ª Região, é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Assistência Médica Hospitalar, por meio de operadora, seguradora de planos de saúde, com rede própria e/ou credenciada, com abrangência regional e nacional para casos de urgência e emergência, padrão enfermagem, na modalidade de contratação coletivo empresarial, nos termos da Lei nº 9.656/1998 e devidamente autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, sem carência, com cobertura assistencial médico-hospitalar e ambulatorial com obstetrícia, exames complementares e serviços auxiliares de diagnóstico e terapia, inclusive cobertura para doenças e lesões pré-existentes, bem como internações e cirurgias, tanto em caráter eletivo como emergencial, em hospitais e clínicas e as demais exigências estabelecidas pela ANS, sem coparticipação, para os Colaboradores do CRT-03, pelo período de 12 meses conforme condições estipuladas neste Estudo Técnico Preliminar.

6.2. O plano de assistência médica deverá atender às exigências da Lei nº 9.656/98 e Resolução Normativa - RN nº 428, de 7 de novembro de 2017, em vigência a partir de 02/01/2018, devendo ser permanentemente atualizada pelas Resoluções Normativas editadas pela ANS durante a vigência do contrato, bem como as demais normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar ANS.

6.3. Os preços mensais por beneficiário deverão ser conforme a distribuição de beneficiários inscritos por faixa etária, previstos no item Estimativa do Quantitativo Necessário, onde se incluem todos os custos diretos e indiretos, tributos porventura incidentes, taxa de administração, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

6.4. O valor mensal poderá ser revisto em periodicidade não inferior a doze (12) meses, contados da data da assinatura do contrato, conforme o percentual autorizado pela ANS, consoante a previsão da RN nº 557 da ANS ou legislações posteriores que a substituam.

6.5. Para efeito de julgamento das propostas e composição do valor global do contrato, a licitante deverá considerar os preços para o Plano Coletivo Empresarial, padrão corporativo, quarto coletivo, por faixa etária, e ainda, observar a Resolução Normativa nº 563, de 15 de dezembro de 2022, da ANS que define os limites a serem observados para adoção de variação de preço, por faixa etária, dos planos privados de assistência à saúde.

6.6. Prestar os serviços, cumprindo os prazos e atendendo integralmente a todas as condições e especificações estabelecidas neste estudo.

6.7. Prestar os serviços por intermédio de rede própria, credenciada, cooperada ou referenciada, cuja abrangência deve compreender os Estados de Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Sergipe, em caso de urgência e emergência, todo o território nacional.

6.8. Arcar com todos os custos como, impostos, taxas, emolumentos, seguros e contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre todas as atividades decorrentes da execução do contrato, de forma que os preços constantes da cláusula de pagamentos representem a única e exclusiva contraprestação pelos serviços prestados.

6.9. Emitir os cartões de identificação dos beneficiários, sem ônus para o CRT-03.

6.10. Efetuar o bloqueio de imediato, em casos de perda, roubo, furto ou extravio do cartão, após solicitação do CRT-03 ou do empregado beneficiário.

6.11. Invalidar os cartões dos funcionários que se desligarem do plano de assistência médica, ou quando do término, ou da rescisão do contrato, sem a obrigatoriedade de devolução dos cartões ou de seu ressarcimento.

6.12. Emitir, quando necessárias, as guias de autorizações de exames e internações, nos prazos estabelecidos na Resolução Normativa nº 566/2022.

6.13. Manter serviços telefônicos de apoio ao usuário durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante todos os dias da semana.

6.14. Garantir o atendimento necessário, nos casos de ausência, inexistência ou impossibilidade de atendimento de prestador integrante da rede assistencial, nos termos da Resolução Normativa nº 566/2022.

6.15. Garantir o transporte de seus beneficiários a prestadores de serviços habilitados para o atendimento demandado, assim como seu retorno ao município da demanda pelo atendimento, observado, em cada caso, o que determina a Resolução Normativa nº 566/2022.

6.16. Manter a relação de credenciados, substituindo os estabelecimentos que venham a se descredenciar por outro do mesmo porte e na mesma região, comunicando o fato ao CRT-03.

6.17. Fornecer manual do usuário, catálogo ou similar, impresso ou eletrônico, aos beneficiários do plano, bem como informações atualizadas sobre sua rede de atendimento própria, credenciada, cooperada ou referenciada, nas respectivas áreas de atuação e abrangência geográfica, via folder/catálogos impressos, endereço em sítio eletrônico ou serviço de atendimento telefônico.

6.18. Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no que couber, o objeto deste procedimento em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, no prazo de 5 (cinco) dias, contado da notificação, sem ônus para o CRT-03.

6.19. Nomear preposto, aceito pelo CRT-03, para, durante o período de vigência do contrato, representá-la administrativamente, sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração em que deverá constar o nome completo, n.º do CPF e do documento de identidade.

6.20. Prestar, por meio do preposto nomeado, todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CRT-03, atendendo de imediato às solicitações de seus representantes.

6.21. Assumir inteira responsabilidade, civil, administrativa e penal por danos materiais ou pessoais causados ao CRT-03 e/ou a terceiros provocados por ineficiência ou irregularidades dos produtos e serviços ofertados, bem como por atos cometidos por seus empregados, contratados ou prepostos envolvidos na execução do contrato, decorrentes de dolo ou culpa.

6.22. Guardar o mais absoluto sigilo em relação às informações ou documentos de qualquer natureza a que venham tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente, por sua indevida divulgação e/ou incorreta ou descuidada utilização.

6.23. Comunicar ao CRT-03 qualquer anormalidade, relacionada ao objeto, verificada durante a execução do contrato.

6.24. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos no ato convocatório, observando a prática da boa técnica e a legislação vigente.

6.28. Emitir as notas fiscais com as devidas deduções legais, em cuja ocasião será verificada a regularidade da contratada junto ao FGTS, ao INSS, à Justiça do Trabalho, e os tributos de todos os entes federados por meio das respectivas certidões, a serem emitidas através dos sítios eletrônicos correspondentes.

6.29. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório, inclusive em relação à regularidade junto ao FGTS, ao INSS, à Justiça do Trabalho e os tributos de todos os entes federados.

6.30. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, na forma da legislação vigente.

6.31. A contratada deverá observar e cumprir, ainda, as disposições da Lei nº 9.656/98, bem como todas as Resoluções Normativas da ANS e demais determinações e orientações dos órgãos competentes, que sejam pertinentes ao objeto pretendido.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Quantidade total estimada de usuários com as respectivas faixas etárias:

Item	Faixa Etária	Quantidade
1	0 a 18 anos	0

2	19 a 23 anos	2
3	24 a 28 anos	8
4	29 a 33 anos	9
5	34 a 38 anos	1
6	39 a 43 anos	7
7	44 a 48 anos	4
8	49 a 53 anos	2
9	54 a 58 anos	0
10	59 ou mais	1
Total		34

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 387.600,00

8.1. O custo estimado anual da contratação é de R\$ 387.600,00 (trezentos e oitenta e sete mil e seiscentos reais).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A solução a ser contratada diz respeito aos serviços de assistência médica para os Colaboradores do CRT-03. Conforme as práticas comuns de mercado e as normativas em vigor, não se observa respaldo, necessidade ou vantagem na divisão do serviço em parcelas.

9.2. A decisão de não dividir o objeto da contratação em parcelas é justificada pela compatibilidade dos serviços entre si. Isso permite que o julgamento seja feito com base em critérios uniformes e facilita a execução por uma única empresa, garantindo assim a competitividade do processo licitatório.

9.3. Certamente, a divisão do objeto não traria qualquer vantagem para a contratação; ao contrário, poderia resultar na descaracterização do serviço e em uma prestação fragmentada, que não se alinharia aos padrões normativos estabelecidos.

9.4. Diante disso, decidimos não dividir o objeto da contratação. Essa escolha é embasada no fato de que todas as prestadoras de serviços de plano de saúde, devidamente registradas na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), são obrigadas a cumprir o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde estabelecido pela ANS. Este rol abrange os procedimentos considerados essenciais para o diagnóstico, tratamento e acompanhamento de doenças e eventos relacionados à saúde, conforme estipulado pela Lei nº 9.656/98.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há necessidade de contratações correlatas, pois a solução apresenta-se completa e independente de outros serviços.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Não há previsão da contratação no planejamento

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Melhoria no bem-estar dos colaboradores: Com acesso a cuidados médicos preventivos e tratamentos adequados, espera-se que os colaboradores experimentem uma melhoria significativa em sua saúde física e mental. Isso pode resultar em uma redução do absenteísmo devido a doenças e um aumento da produtividade no trabalho.

12.2. Aumento da satisfação no trabalho: Oferecer um plano de assistência à saúde demonstra preocupação com o bem-estar dos colaboradores, o que pode levar a um aumento da satisfação no trabalho. Colaboradores satisfeitos tendem a ser mais engajados, motivados e leais à organização.

12.3. Retenção de talentos: Benefícios como plano de saúde são altamente valorizados pelos colaboradores e podem ser um fator determinante na decisão de permanecer na organização. Ao oferecer um plano de saúde atrativo, espera-se reduzir a rotatividade de funcionários e reter talentos-chave.

12.4. Cumprimento de regulamentações trabalhistas: A contratação de um plano de assistência à saúde é muitas vezes uma obrigação legal para as organizações públicas e muitos países. Ao garantir a conformidade com as regulamentações trabalhistas, a organização evita possíveis penalidades e litígios.

12.5. Melhoria da imagem institucional: Oferecer benefícios como plano de saúde pode melhorar a reputação da imagem da organização perante a comunidade, os clientes e outros stakeholders. Isso demonstra um compromisso com o bem-estar dos colaboradores e uma responsabilidade social corporativa.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. O Conselho promoverá através da gestão e fiscalização do contrato, executada por funcionário devidamente designado, o esforço necessário em busca do monitoramento do objeto e dos resultados pretendidos.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. As aquisições dos itens desta contratação seguirão os critérios estabelecidos para a sustentabilidade ambiental, conforme a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1/2010 e o Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil da Presidência da República, e a Lei nº 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, juntamente com outras legislações aplicáveis.

14.2. A Contratada é inteiramente responsável por garantir o cumprimento das normas ambientais em vigor durante a execução dos serviços, especialmente no que se refere à prevenção da poluição ambiental e à adequada destinação de resíduos.

14.3. A Contratada deve tomar todas as precauções necessárias para evitar qualquer forma de degradação ambiental decorrente da realização dos serviços.

14.4. A Contratada deve assumir total responsabilidade e tomar as medidas apropriadas para corrigir quaisquer danos ambientais que possam surgir como resultado direto das atividades realizadas no âmbito desta contratação.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando o conjunto de informações apresentadas, conclui-se pela viabilidade da contratação, no que tange aos aspectos econômico-financeiros, pelos benefícios almejados, e, principalmente, pela segurança dos funcionários em poder contar com assistência médica em caso de necessidade.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JEFERSON ALVES DE PONTES

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 20/05/2024 às 15:51:45.

Anexo II - Dos servicios cobertos.pdf



ANEXO II – DOS SERVIÇOS COBERTOS

Deverão ser cobertas todas as especialidades médicas previstas na Lei nº 9.656, de 1998 e suas alterações, bem como nas Resoluções da ANS, que disciplinam o rol de procedimentos obrigatórios, sem limite de utilização ou de valor, além das admitidas pelo Conselho Federal de Medicina e/ou Associação Médica Brasileira.

Deverão ser cobertos os seguintes procedimentos no mínimo:

A – ESPECIALIDADES MÉDICAS

- Acupuntura (consulta e sessões);
- Alergologia;
- Anatomia patológica;
- Anestesiologia;
- Angiologia;
- Cancerologia;
- Cardiologia, eletrocardiografia e holter;
- Cirurgia cardiovascular (inclusive implante de marcapasso);
- Cirurgia de mama;
- Cirurgia de mão, cabeça, pescoço e buco-maxilo-facial;
- Cirurgia gastroenterológica;
- Cirurgia geral, cirurgia laparoscópica e vídeo laperoscópica;
- Cirurgia oftalmológica inclusive corretiva (miopia, catarata, facectomia, hipermetropia), com introdução de lente ocular nacionalizada, dentro das previsões da Lei nº. 9.656/98 e suas alterações;
- Cirurgia oncológica;
- Cirurgia ortopédica e traumatológica;
- Cirurgia plástica reparadora e/ou restauradora não estética (Inclusive a não decorrente de acidente pessoal);
- Cirurgia plástica reconstrutiva de mama, utilizando-se de todos os meios e técnicas necessárias, para o tratamento de mutilação decorrente de utilização de técnica de tratamento de câncer;
- Cirurgia refrativa para grau igual ou maior que cinco uni ou bilateral;
- Cirurgia torácica;



CRT-03

Conselho Regional dos Técnicos
Industriais da 3ª Região

Av. Marques de Olinda 126, 3º Andar Bairro do

Recife, Recife/PE CEP:

E-mail: faleconosco@crt03.gov.br

Fone: 33142411

www.crt03.gov.br

- Cirurgia urológica;
- Cirurgia vascular periférica;
- Cirurgia intra-ocular;
- Citologia;
- Clínica médica;
- Dermatologia clínica e cirúrgica;
- Doenças infecciosas e parasitárias de qualquer natureza, inclusive assistência à S.I.D.A.;
- Endocrinologia e metabologia clínica e cirúrgica;
- Fisiatria e Foniatria;
- Fonoaudiologia;
- Gastroenterologia;
- Geriatria;
- Ginecologia;
- Hematologia;
- Hepatologia;
- Homeopatia;
- Mastologia;
- Medicina nuclear;
- Microcirurgia reconstrutiva;
- Nefrologia;
- Neonatologia;
- Neurocirurgias;
- Neurologia;
- Obstetrícia;
- Oftalmologia;
- Oncologia;
- Ortopedia;



- Otorrinolaringologia;
- Patologia clínica;
- Pneumologia;
- Proctologia;
- Psiquiatria, consultas e tratamentos ambulatoriais, inclusive internamento;
- Reumatologia;
- Tisiologia;
- Traumatologia;
- Traumatologia-ortopedia clínica e cirúrgica;
- Urologia;
- Venereologia.

Qualquer outra patologia clínica classificada pela OMS cuja cobertura seja determinada pela Organização Mundial da Saúde cuja cobertura seja determinada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar e/ou pelo respectivo órgão fiscalizador da área médica. Todas aquelas relacionadas na Tabela de Especialidades Médicas da AMB atualizada e as constantes no Rol de Procedimentos e Eventos anexo à Resolução nº 10 do Conselho de Saúde Suplementar do Ministério da Saúde (CONSU/MS), considerando sempre a Resolução ou Ato normativo vigente.

B – EXAMES COMPLEMENTARES

- Análises clínicas;
- Anatomia patológica;
- Angiografia;
- Angioplastia;
- Arteriografia;
- Audiometria;
- Bioimpedanciometria, e seus derivados;
- Biópsia;
- Broncoesofagoscopia;
- Broncoscopia;
- Cardiotocografia;



CRT-03

Conselho Regional dos Técnicos
Industriais da 3ª Região

Av. Marques de Olinda 126, 3º Andar Bairro do
Recife, Recife/PE CEP:

E-mail: faleconosco@crt03.gov.br

Fone: 33142411

www.crt03.gov.br

- Cateterismo;
- Cicloergometria;
- Cineangiocoronariografia;
- Cintilografia;
- Cirurgias laparoscópicas e vídeo-laparoscópicas;
- Citopatologia;
- Cobaltoterapia
- Colpocitologia
- Colposcopia
- Coronariografia;
- Cromatografia para Doenças Genéticas;
- Densitometria óssea;
- Doppler;
- Dosagens de Substâncias Relacionadas a Erros Inatos do Metabolismo;
- Ecocardiografia;
- Ecografia;
- Eletrocardiografia;
- Eletrococleografia;
- Eletrodiagnóstico;
- Eletroencefalografia;
- Eletromiografia;
- Eletroneuromiografia;
- Embolizações e radiologia intervencionista;
- Endoscopia;
- Endoscopia Diagnóstica, Cirúrgica e Terapêutica (Digestiva, Ginecológica, Peroral, Respiratória, Ortopédica e Urológica), inclusive com utilização de Vídeo;
- Ensaio Enzimáticos;
- Ergometria;



CRT-03

Conselho Regional dos Técnicos
Industriais da 3ª Região

Av. Marques de Olinda 126, 3º Andar Bairro do

Recife, Recife/PE CEP:

E-mail: faleconosco@crt03.gov.br

Fone: 33142411

www.crt03.gov.br

- Exames Citológicos e Colposcópicos;
- Exames pré-anestésicos ou pré-cirúrgicos;
- Exames Oftalmológicos;
- Exames Otorrinolaringológicos;
- Fisioterapia;
- Fluoresceinografia;
- Fonocardiografia;
- Hemodiálise e diálise;
- Hemodinâmica – Procedimento diagnóstico e terapêutico;
- Hemodinâmica (Cineangiocoronariografia e Cateterismo cardíaco);
- Hemoterapia;
- Holter;
- Implantes;
- Inaloterapia;
- Internações;
- Laparoscopia;
- Litotripsia;
- Mamografia de alta resolução;
- Medicina nuclear;
- Material de osteossíntese tal como: placas, parafusos e pinos;
- Neuroradiografia;
- Neurofisiologia Clínica;
- Neuroradiologia e Radiologia Intervencionista;
- Nutrição parenteral ou entral;
- Patologia clínica e cirúrgica (inclusive Neuromotora, Respiratória, Osteomioarticulares, Cardiovasculares, Dermatológicas e Patologias Diversas);
- Peniscopeia;
- Potencial evocado (Auditivo, Visual e Somato-Sensitivo);



- Provas de função pulmonar completa;
- Protéses intra-operatórias;
- Quimioterapia;
- Radiologia (inclusive intervencionista);
- Radioterapia;
- Remoções inter hospitalares (exceto para consultas e exames);
- Ressonância magnética;
- Ressonância magnética funcional;
- Teste alérgico;
- Teste ergonômico;
- Teste oftalmológico;
- Teste otorrinolaringológico;
- Tococardiografia;
- Tomografia computadorizada;
- Transplantes de rins e córnea;
- Triagem para erros Inatos de Metabolismo na Urina;
- Ultrassonografia;
- Urodinâmica;
- Vídeo Histeroscopia;
- Vídeo Laparoscopia Diagnóstica e Cirúrgica;
- Vídeo Laringoscopia;
- Videolaringoestroboscopia;
- Vulvosopia;
- Xeroradiografia.

C – PROCEDIMENTOS E SERVIÇOS AUXILIARES

Todos os procedimentos e os serviços auxiliares a seguir:



CRT-03

Conselho Regional dos Técnicos
Industriais da 3ª Região

Av. Marques de Olinda 126, 3º Andar Bairro do
Recife, Recife/PE CEP:

E-mail: faleconosco@crt03.gov.br

Fone: 33142411

www.crt03.gov.br

- Atendimento às emergências, assim consideradas as situações que impliquem risco de vida ou de danos físicos para o beneficiário ou para terceiros, bem como risco de danos morais e patrimoniais importantes;
- Psicoterapia de crise, que corresponde ao atendimento, por profissionais da área de saúde mental, com início logo após o atendimento de emergência, com comprovação por relatório médico;
- Serviços de apoio diagnóstico, prestados por médico psiquiatra, tratamento e demais procedimentos solicitados pelo médico assistente;
- Internação em hospital psiquiátrico ou em uma unidade ou enfermaria psiquiátrica em hospital geral, em casos de transtornos psiquiátricos em situações de crise;
- Internação, em hospital geral, para beneficiários portadores de quadro de intoxicação ou abstinência provocados por alcoolismo ou outras formas de dependência química que necessitem de internação;
- Acupuntura;
- Angioplastia, Revascularização e Revascularização do Miocárdio;
- Artroscopia;
- Atendimento psiquiátrico;
- Betaterapia;
- Cauterização;
- Citoplastia;
- Colonoscopia;
- Cobaltoterapia;
- Colocação de gesso ou similares;
- Colocação de Sínteses
- Criocauterização;
- Diálise;
- Eletrofisiologia cardíaca;
- Embolizações;
- Escleroterapia ou Tratamento Esclerosante;
- Exames Pré-anestésicos ou Pré-cirúrgicos;
- Fisioterapia;
- Fisioterapia Respiratória;



- Nutricionista (Consulta e acompanhamento);
- Gasoterapia;
- Hemodiálise;
- Hemodinâmica (Procedimentos diagnósticos e terapêuticos);
- Hemoterapia;
- Hipertermia prostática;
- Histocipatologia;
- Inaloterapia;
- Internação, inclusive UTI ou similar;
- Laparoscopia Terapêutica;
- Laserterapia;
- Litotripsias;
- Neurofisiologia;
- Nutrição Parental e Enteral;
- Oxigenoterapia hiperbárica (Não estética);
- Próteses, órteses e seus acessórios (somente ligados ao ato cirúrgico);
- Quimioterapia;
- Quimioterapia Anti-Neoplásica;
- Radiologia Intervencionista;
- Radioterapia (Inclusive Radiomoldagem, Radioimplante e Braquiterapia);
- Reeducação Postural Global – RPG;
- Reabilitação Cardiológica e Neurológica;
- Remoção;
- Transfusão de Sangue ou Aplicação de Plasma;
- Transplante de rim e córnea;
- Tratamento da obesidade mórbida em ambiente hospitalar;

Todos os demais procedimentos serviços auxiliares cuja cobertura seja determinada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar e os constantes do Rol de Procedimentos e Eventos anexo à Resolução nº 10 do Conselho de Saúde Suplementar do Ministério da Saúde (CONSU/MS), considerando sempre a Resolução vigente.



Anexo II – Minuta do Contrato

Termo de Contrato

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

Pregão Eletrônico nº 02/2024

Processo Administrativo nº 2024.04.013

Termo de contrato nº xxx/2024 que entre si celebram o Conselho Regional dos Técnicos Industriais da 3ª Região, e a Empresa xxxxxxxxxx, para prestação de Serviços de Assistência Médica Hospitalar, por meio de operadora ou seguradora de planos de saúde.

O Conselho Regional dos Técnicos Industriais da 3ª Região, Autarquia Federal instituída nos termos da Lei nº 13.639, de 23 de março de 2018, inscrito no CNPJ: 32.784.418/0001-23, com sede na Avenida Marquês de Olinda, nº 126, sala 302, 3º andar, Bairro do Recife, Recife-PE, CEP: 50030-901, neste ato representado pelo Coordenadora Junta Interventora Sr. Luzimar Pereira da Silva, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº xxxxxxxx e do CPF nº xxxxxxxxxxxx, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa [Inserir nome da Empresa], inscrita no CNPJ sob o nº [Inserir CNPJ], sediada no [Inserir endereço], representada pelo seu [Inserir Cargo], Senhor(a) [Inserir nome completo], portador da cédula de identidade RG nº xxxxxxxx e CPF nº xxxxxxxx, doravante denominada CONTRATADA. Tendo em vista o que consta no Processo nº 2024.02.001 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 02/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas

1. CLAÚSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de Serviços de Assistência Médica Hospitalar, por meio de operadora ou seguradora de planos de saúde, com rede própria e/ou credenciada, com abrangência nacional para casos de urgência e emergência, padrão enfermaria, na modalidade de contratação coletivo empresarial, nos termos da Lei nº 9.656/1998 e devidamente autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, sem carência, com cobertura assistencial médico-hospitalar e ambulatorial com obstetrícia, exames complementares e serviços auxiliares de diagnóstico e terapia, inclusive cobertura para doenças e lesões pré-existentes, bem como internações e cirurgias, tanto em caráter eletivo como emergencial, em hospitais e clínicas, restrito apenas aos Colaboradores do Conselho Regional dos Técnicos Industriais da 3ª Região.

1.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição

- 1.2.1 O Termo de Referência;
- 1.2.2 O Edital da Licitação;
- 1.2.3 A Proposta do contratado;
- 1.2.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.



2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze meses) meses contados a partir da assinatura da contratante, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1 Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2 Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3 Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4 Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

2.2.5 Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3 O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4 A prorrogação do contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5 Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observada as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1 O valor global do contrato é de R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxxxxxx).

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.



Faixas	Quantidade	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Anual
Faixa Etária 1 (0 a 18 anos)	0	R\$	R\$	R\$
Faixa Etária 2 (19 a 23 anos)	2	R\$	R\$	R\$
Faixa Etária 3 (24 a 28 anos)	8	R\$	R\$	R\$
Faixa Etária 4 (29 a 33 anos)	9	R\$	R\$	R\$
Faixa Etária 5 (34 a 38 anos)	1	R\$	R\$	R\$
Faixa Etária 6 (39 a 43 anos)	7	R\$	R\$	R\$
Faixa Etária 7 (44 a 48 anos)	4	R\$	R\$	R\$
Faixa Etária 8 (49 a 53 anos)	2	R\$	R\$	R\$
Faixa Etária 9 (54 a 58 anos)	0	R\$	R\$	R\$
Faixa Etária 10 (59 ou mais)	1	R\$	R\$	R\$
Total	34	R\$	R\$	R\$

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1 O pagamento das despesas com plano de assistência à saúde será realizado em até 20 (vinte) dias corridos, após o recebimento da nota fiscal, sempre mediante depósito bancário ou boleto bancário.

6.2 O pagamento será efetuado mediante a verificação da Regularidade Fiscal e Trabalhista da CONTRATADA.

6.3 Havendo penalidade de multa, o valor poderá ser deduzido do crédito a que CONTRATADA porventura fazer jus.

6.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, ficará convencionada a taxa de multa de 2% sobre o valor da fatura no mês de atraso e juros de mora na ordem de 0,033% ao dia.

6.5 A critério do CONTRATANTE poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações ou outras responsabilidades da CONTRATADA. A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

6.6 Em cumprimento às normas e procedimentos previstos na Instrução Normativa Nº 1.234/12, expedida pela Secretaria da Receita Federal e pelas demais legislações federais, estaduais e/ou municipais o CRT-03 poderá efetuar a retenção de impostos.

6.7 A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano conforme Art. 25 § 7º da Lei 14.133/21.



7.2 Os valores das contraprestações pecuniárias definidas na Proposta de Contratação e na tabela de preços para as novas adesões deste contrato, bem como os valores previstos na Cláusula Mecanismos de Regulação, serão reajustados a cada 12 (doze) meses, de acordo com a tabela de faixas apresentada no item 7.3 e conforme parâmetros abaixo:

7.2.1 Reajuste conforme a variação do IPCA ou IGPM, ou por outro índice que o substitua no caso de sua extinção, acumulado no período de análise do contrato (a cada doze meses, contados a partir do início da vigência), somado ao Índice de Reajuste Técnico - IRT%, apurado no período, caso a sinistralidade do contrato atinja patamar superior a 75% (setenta e cinco por cento).

7.2.2 O IGPM e o IRT% serão apurados em período de 12 meses consecutivos, com uma defasagem de 04 (quatro) meses em relação ao período de aplicação do reajuste do contrato.

7.2.3 O cálculo do índice de Reajuste Técnico — IRT% será realizado com base na fórmula:

$$IRT\% = (SIN / 75\% - 1) * 100$$

7.2.4 Na fórmula acima, SIN representa o percentual de sinistralidade do contrato ou índice de utilização do agrupamento de contratos, que é obtido mediante utilização da fórmula:

$$SIN = (Total\ de\ Despesas\ Assistenciais / Total\ de\ Receitas\ Líquidas\ do\ Período) * 100$$

7.2.5 Portanto, quando a sinistralidade do agrupamento superar o patamar de 75% (setenta e cinco por cento) o índice de reajuste contratual será composto pela soma do Índice de Reajuste Técnico e do Índice Geral de Preços de Mercado (IRT% + IGPM). Do contrário, deve-se utilizar apenas o IGPM.

7.2.6 Quando na ocasião do reajuste o contrato contiver menos de 30 (trinta) beneficiários, o reajuste anual será apurado considerando o agrupamento de todos os contratos coletivos da Contratada com menos de 30 (trinta) beneficiários, conforme estabelecido em Resolução Normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar. Neste sentido, a apuração da quantidade de beneficiários deverá ser realizada anualmente conforme parâmetros abaixo:

7.2.6.1 Na primeira apuração será considerada a quantidade de beneficiários na assinatura do contrato;

7.2.6.2 Para as apurações seguintes, será considerada a quantidade de beneficiários no último aniversário do contrato.

7.3 Só poderá ser aplicado um único reajuste contratual a cada 12 (doze) meses, ressalvados os reajustes por mudança de faixa etária.

7.4 Não poderá haver aplicação de percentuais de reajuste diferenciados dentro de um mesmo plano em um determinado contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

8.2 Relacionar, após a assinatura do contrato, os beneficiários de cada plano, sendo que os responsáveis respondem civil, penal e administrativamente pelo fornecimento e/ou inclusão de dados falsos.

8.3 Comunicar, por escrito, à Contratada:



- 8.3.1 qualquer inclusão de beneficiários;
- 8.3.2 a exclusão de beneficiários;
- 8.3.3 perda ou extravio do documento de identificação, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados do recebimento da informação dos interessados;
- 8.3.4 s beneficiários que, por qualquer motivo, deixarem de possuir direito ao atendimento médico prestado pela empresa, ficando resguardado, contudo o atendimento até o último dia de cobertura cujo pagamento já tenha sido realizado;

8.4 Responder, perante à Contratada, pelo pagamento de eventuais despesas realizadas, decorrentes do uso indevido de documento de identificação, até o efetivo recolhimento deste, em não se efetuando a devida comunicação.

8.5 Orientar seus Colaboradores no sentido de que não seja desvirtuada a utilização de seus documentos de identificação.

8.6 Atestar a execução do presente ajuste no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

8.7 Efetuar pagamento da prestação mensalmente.

8.8 A execução das obrigações contratuais integrantes deste Termo será fiscalizada por um funcionário, formalmente designado pela Autoridade Competente, com autoridade para exercer, como representante do CRT-03, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, Edital e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1 cobrir tratamento de todas as doenças relacionadas na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a saúde, da Organização Mundial de Saúde, bem como aquelas previstas na legislação e no Rol de Procedimentos da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, com atendimento a consultas médicas, procedimentos tratamentos clínicos e cirúrgicos em todas as especialidades.

9.1.2 prestar aos empregados, ex-empregados, dependentes e agregados nos termos das Resoluções Normativas da ANS, cobertura ambulatorial, hospitalar e obstetrícia.

9.1.3 deverão ser disponibilizado catálogo das redes credenciadas, carteirinha de identificação e cartão virtual.

9.1.4 no caso de exames especiais, tratamentos, remoções, internações e outros procedimentos que necessitem de autorização, deverão ser disponibilizados rotina desburocratizada para emissão de guias de autorização, no prazo determinado de acordo com os discriminados na RN 259, da ANS e alterações posteriores, se for o caso.

9.1.5 a empresa contratada deverá possuir estrutura de Central de Atendimento Telefônico, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas, inclusive sábados, domingos e feriados.



- 9.1.6 fornecer plano de assistência à saúde, com abrangência estadual, urgência e emergência nacional, com acomodação em enfermaria.
- 9.1.7 responder por danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes e sua culpa ou dolo, devidamente comprovado, quando da execução dos serviços.
- 9.1.8 arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, devidamente comprovada, durante a execução dos serviços, ainda que no recinto do Contratante.
- 9.1.9 responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, bem, ainda, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANS, inclusive quanto aos preços praticados neste Contrato.
- 9.1.10 zelar pela perfeita execução dos planos.
- 9.1.11 atender prontamente as solicitações que se fizerem necessárias referentes à prestação de serviços contratados pelo Contratante.
- 9.1.12 prestar os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo-os sempre em perfeita ordem.
- 9.1.13 fornecer, na forma solicitada pelo Contratante, o demonstrativo das despesas com a utilização dos serviços.
- 9.1.14 manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 9.1.15 em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços deste contrato, sem prévia autorização do Contratante.
- 9.1.16 manter, durante o período de vigência do contrato, um preposto aceito pelo Contratante, para representação da Contratada sempre que for necessário.
- 9.1.17 fornecer números telefônicos ou outros meios para contato do Contratante com o preposto, mesmo fora do horário de expediente, sem que com isso ocorra qualquer ônus extra para o Contratante.
- 9.1.18 responsabilizarem-se pelos ônus resultantes de ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, devidamente comprovados, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, ligadas ao cumprimento do presente contrato.
- 9.1.19 atender às reclamações formuladas, apresentando soluções no prazo máximo de 05 (cinco) dias.
- 9.1.20 prestar esclarecimentos ao Contratante, sempre que solicitado, sobre eventuais atos ou fatos noticiados que envolvam a prestação dos serviços.
- 9.1.21 cumprir todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo atendimento do acidente de trabalho, com relação ao pessoal eventualmente designado para a realização do serviço, que não terão com o Contratante qualquer vínculo empregatício.
- 9.1.22 manter absoluto sigilo com referência a assuntos de que tome conhecimento em função da prestação dos serviços objeto deste contrato.



9.1.23 comprovar, a qualquer tempo, por exigência do Contratante, o cumprimento das obrigações tributárias e trabalhistas, como condição para o pagamento das faturas.

9.1.24 cabem à Licitante, além das obrigações relacionadas aquelas estabelecidas em lei.

9.2 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137,II);

9.3 Alocar o empregado necessário ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados.

9.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1 prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2 certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3 certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

9.5.4 certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.6 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.7 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.8 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DA EXECUÇÃO

10.1 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, conforme regras previstas no edital, contrato ou instrumento equivalente, que deverá ser apresentada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a assinatura do contrato ou aceite do instrumento equivalente.

10.2 Caberá a Contratada optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

10.2.1 Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública



10.2.1.1 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, conforme dados bancários a seguir descrito:

- a) Favorecido: Conselho Regional dos Técnicos Industriais da 3ª Região
- b) CNPJ: 32.784.418/0001-23
- c) Banco: Caixa Econômica Federal
- d) Agência: 1294
- e) Conta: 4988-0

10.2.1.2 Uma vez realizada a transação, deverá ser enviado o respectivo comprovante para o endereço eletrônico, compras@crt03.gov.br.

10.2.1.3 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

10.2.2 Seguro Garantia, contendo:

10.2.2.1 Apólice em que o Contratante deverá ser indicado como beneficiário;

10.2.2.2 Prazo de validade que deverá corresponder ao período de vigência do contrato, acrescido de 3 (três) meses, devendo ser tempestivamente renovado se estendida ou prorrogada essa vigência;

10.2.2.3 Cláusula que assegure o pagamento, independente de interpelação judicial, caso a Contratada não cumpra as obrigações decorrentes da execução do contrato.

10.2.3 Fiança Bancária, emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, contendo:

10.2.3.1 Prazo de validade, que deverá corresponder ao período de vigência do contrato, acrescido de 3 (três) meses, devendo ser tempestivamente renovada se estendida ou prorrogada a vigência do contrato;

10.2.3.2 Expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento ao CRT-03, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra obrigações decorrentes da execução do contrato;

10.2.3.3 Renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos artigos 827 e 838 do Código Civil.

10.3 Caso a garantia oferecida pela Contratada evidencie qualquer impropriedade ou incorreção em seu teor ou origem, ou se for utilizada no pagamento de quaisquer obrigações, incluindo a indenização de terceiros, a Contratante poderá, a qualquer tempo, exigir sua regularização ou substituição no prazo máximo e improrrogáveis de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da referida notificação;

10.4 A falta de atendimento à convocação para regularização ou substituição da garantia na forma e prazo especificados no subitem anterior sujeitará a Contratada às seguintes consequências:

10.4.1 Retenção dos pagamentos que lhe sejam devidos, para recomposição da garantia, na modalidade caução em dinheiro; ou



10.4.2 Caracterização de inexecução contratual, ensejando a consequente aplicação das penalidades previstas neste Edital e, ainda, a extinção dos contratos com fundamento no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.5 Caberá à Administração decidir motivadamente entre a retenção de pagamentos para recomposição da garantia ou a caracterização da inexecução contratual.

10.6 A Contratante poderá utilizar a garantia, a qualquer momento, para se ressarcir das despesas decorrentes de quaisquer obrigações inadimplidas da Contratada.

10.6.1 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida o pagamento de:

10.6.1.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

10.6.1.2 Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

10.6.1.3 Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada; e

10.6.1.4 Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado, quando couber.

10.7 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

10.8 A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

10.9 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto.

10.10 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

10.11 Se o valor da garantia for utilizado ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada:

10.11.1 Em caso da não reposição da garantia pela Contratada, fica autorizada ao Contratante reter os pagamentos devidos até o cumprimento do subitem acima.

10.12 A contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria:

10.12.1 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º da Lei. nº 14.133, de 2021)

10.12.2 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.



10.13 A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

10.14 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

10.15 O garantidor não é a parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

10.16 A Contratada autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e no Contrato.

10.17 A devolução da garantia não isenta a Contratada das responsabilidades previstas no artigo 618 do Código Civil Brasileiro.

10.18 A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o CONTRATADO que:

- 11.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 11.1.2 der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 11.1.3 der causa à inexecução total do contrato;
- 11.1.4 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 11.1.5 apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 11.1.6 praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 11.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 11.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 11.2.1 Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).



11.2.4 Multa: a) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 10 (dez) dias. O atraso superior a 10(dez) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº14.133, de 2021. b) compensatória de 0, 5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

11.3 A aplicação das sanções previstas nesse Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº14.133, de 2021).

11.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº14.133, de 2021)

11.4.1 antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº14.133, de 2021).

11.4.2 se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº14.133, de 2021).

11.4.3 previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.6.2 as peculiaridades do caso concreto;

11.6.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.6.4 os danos que dela provierem para o Contratante;

11.6.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle

11.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competentes definidos na referida Lei (art. 159).

11.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito de facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesse Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica ou à empresa do mesmo ramo com relação a coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).



11.9 O Contratante deverá, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep) instituídos do Poder Executivo Federal (art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1 O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contratantes.

12.2 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.2.1 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.2.2 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da comunicação.

12.3 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1 nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2 a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.3 e a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo de aditivo para alteração subjetiva.

12.4 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1 balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2 relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3 indenizações e multas.

12.5 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).



12.6 O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

12.7 O Contratante poderá conceder prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

12.8 Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

12.9 Até que o Contratado comprove o disposto no item anterior, o Contratante reterá, os valores das Notas Fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

12.10 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV da Lei nº 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas resultantes da execução deste Contrato estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do CRT-03, para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

13.1.1 Conta contábil: 6.2.2.1.1.01.01.003 - Benefícios a Pessoal

13.1.2 Subconta contábil: 6.2.2.1.1.01.01.003.003 - Plano de Saúde

13.1.3 Elemento de Despesa: R\$ 150.490,32 (cento e cinquenta mil quatrocentos e noventa reais e trinta e dois centavos)

13.2 No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início do exercício financeiro.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



15.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante a celebração de Termo Aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do Aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial da Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.257, de 2011, c/c art. 7º, §3, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1 Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Pernambuco, para dirimir litígios que decorrem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Recife, xx de xxxx de 2024

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Data de Nascimento:

Nome:

CPF:

Data de Nascimento:



Anexo III – Modelo de Proposta
Edital de Licitação nº 02/2024
Processo Administrativo nº 2024.04.013

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Fone:

E-mail:

Objeto: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a Contratação de Serviços de Assistência Médica Hospitalar, por meio de operadora ou seguradora de planos de saúde, com rede própria e/ou credenciada, com abrangência nacional para casos de urgência e emergência, padrão enfermaria, na modalidade de contratação coletivo empresarial, nos termos da Lei nº 9.656/1998 e devidamente autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, sem carência, com cobertura assistencial médico-hospitalar e ambulatorial com obstetrícia, exames complementares e serviços auxiliares de diagnóstico e terapia, inclusive cobertura para doenças e lesões pré-existentes, bem como internações e cirurgias, tanto em caráter eletivo como emergencial, em hospitais e clínicas.

Item	Grupos	Quantidade	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Anual
1	Faixa Etária 1 (0 a 18 anos)	0	R\$	R\$	R\$
	Faixa Etária 2 (19 a 23 anos)	2	R\$	R\$	R\$
	Faixa Etária 3 (24 a 28 anos)	8	R\$	R\$	R\$
	Faixa Etária 4 (29 a 33 anos)	9	R\$	R\$	R\$
	Faixa Etária 5 (34 a 38 anos)	1	R\$	R\$	R\$
	Faixa Etária 6 (39 a 43 anos)	7	R\$	R\$	R\$
	Faixa Etária 7 (44 a 48 anos)	4	R\$	R\$	R\$
	Faixa Etária 8 (49 a 53 anos)	2	R\$	R\$	R\$
	Faixa Etária 9 (54 a 58 anos)	0	R\$	R\$	R\$
	Faixa Etária 10 (59 ou mais)	1	R\$	R\$	R\$
	Total	34			

O valor total para a contratação anual dos serviços descritos é de R\$.....
(.....).



CRT-03

Conselho Regional dos Técnicos
Industriais da 3ª Região

Av. Marques de Olinda 126, 3º Andar Bairro do
Recife, Recife/PE CEP:

E-mail: faleconosco@crt03.gov.br

Fone: 33142411

www.crt03.gov.br

Pela presente, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente o da Lei Federal 14.133/2021, com as suas regulamentações e alterações posteriores e as cláusulas e condições constantes deste Edital e seus anexos.

Propomos ao Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CRT-03), prestar o serviço objeto desta licitação obedecendo às estipulações constantes no correspondente Pregão e asseverando que observaremos, integralmente, as normas existentes e aplicáveis quanto ao fornecimento do objeto desta licitação.

O prazo de validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias.

Local e data.

(Nome e assinatura do representante legal)





PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2024
Processo Administrativo nº 2024.04.013

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS

Declaramos que a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a administração pública:

Contrante	CNPJ	Nº/ Ano do Contrato	Data de assinatura	Data de vigência	Valor Anual

Comprovação de Patrimônio Líquido

Cálculo demonstrativo visando comprovar que o patrimônio líquido é igual ou superior a 1/12 (um doze avos) do valor dos contratos firmados com a administração pública e com a iniciativa privada.

Valor do Patrimônio Líquido X 12 > Valor Total dos contratos

Local e data.

Assinatura do Representante Legal



CRT-03
Conselho Regional dos Técnicos
Industriais da 3ª Região

Av. Marques de Olinda 126, 3º Andar Bairro do
Recife, Recife/PE CEP:
E-mail: faleconosco@crt03.gov.br
Fone: 33142411
www.crt03.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2024
Processo Administrativo nº 2024.04.013

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

Declaro para fins de participação no Pregão Eletrônico nº 02/2024, que a empresa _____, com inscrição no CNPJ sob o nº _____, com endereço (informar endereço completo da Sede ou Filial, conforme participação na licitação), neste ato representada por (representante legal da empresa), portador(a) do RG nº _____ e do CPF nº _____, tem conhecimento de todas as informações a respeito das condições de prestação dos serviços que são objetos dessa licitação, e que não poderá alegar desconhecimento de qualquer detalhe ou particularidade.

Do mesmo modo, está ciente de que não serão aceitas em hipótese alguma a alteração, inclusão, renegociação ou reajuste dos preços ofertados na Licitação baseados em alegações de desconhecimento do serviço.

Local e data.

Assinatura do Representante Legal



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2024
Processo Administrativo nº 2024.04.013

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE ANTINEPOTISMO

Eu, _____, brasileiro(a), _____,
(estado civil), RG nº _____, órgão emissor _____, CPF nº _____,
residente na Rua/Avenida _____, nº _____,
complemento _____, bairro _____, cidade _____,
Estado _____. Declaro, sob minha responsabilidade, que NÃO guardo relação de
parentesco (em linha reta, colateral ou por afinidade até terceiro grau), nem mantenho vínculo
de matrimônio, ou circunstância de união estável, com nenhum servidor(a) lotado ou
empregado(a) do Conselho Regional dos Técnicos Industriais da Terceira Região, investido(a) em
cargo de direção, chefia ou de assessoramento.

Por ser verdade, afirmo a presente declaração para que produza efeitos legais, ciente de que a
falsidade de seu conteúdo pode implicar na imputação de sanções civis, administrativas, bem
como na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:

*“Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que
nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou
diversa do que devia ser escrito, com o fim de prejudicar direito, criar
obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante. Pena:
reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e
reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular.”*

Local e data.

Representante Legal da empresa